



**CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E  
POLÍTICAS PÚBLICAS  
2019**

**ANO BASE 2018**

## SUMÁRIO

<b>IDENTIFICAÇÃO GERAL.....</b>	<b>3</b>
<b>ADMINISTRADORES SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>4</b>
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>5</b>
1.    INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS.....	5
2.    POLÍTICAS PÚBLICAS.....	5
3.    METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	8
4.    RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	10
5.    IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	10
5.1.    Indicadores de Performance de Gestão da Companhia.....	11
5.2.    Programa de Dispêndios Globais – PDG 2018 – Porto de Santos + TPPL/SC.....	12
5.3.    Investimentos 2018 – Porto de Santos + TPPL/SC (R\$ mil).....	13
6.    COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES.....	14
6.1.    Movimentação de Cargas.....	14
6.2.    Desempenho Financeiro.....	16
6.3.    Infraestrutura.....	17
6.4.    Operações Logísticas.....	19
6.5.    Sustentabilidade Ambiental e Segurança.....	20
6.6.    Relação Porto-Cidade.....	21
6.7.    Fatores de Riscos.....	22
<b>GOVERNANÇA CORPORATIVA.....</b>	<b>24</b>
1.    ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	24
1.1.    Estrutura de Governança (em 2018).....	25
1.2.    Composição Acionária.....	25
1.3.    Indicador de Governança – IG-SEST.....	25
1.4.    Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos.....	26
2.    REMUNERAÇÃO.....	28
3.    OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	28
4.    MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	30

## AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.

### CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

3

No intuito de atender a previsão legal disposta no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2018.

#### IDENTIFICAÇÃO GERAL

**CNPJ:** 44.837.524/0001-07    **NIRE:** 35300008448

**Sede:** Santos / SP

**Tipo de estatal:** Empresa Pública

**Acionista controlador:** União

**Tipo societário:** Sociedade por ações

**Tipo de capital:** Capital fechado

**Abrangência de atuação:** local/regional/nacional/internacional

**Setor de atuação:** Administração da infraestrutura portuária

**Atual Diretor de Administração e Finanças:** Fernando Henrique Passos Biral

**Telefone:** 13 3202-6565 / **E-mail:** fernando.biral@portodesantos.com.br

**Auditores Independentes atuais da empresa:** Aguiar Feres – Auditores Independentes S/S EPP

**Telefone:** (16) 3632-3100 e 3632-3111

**E-mails:** audioplan2@uol.com.br / aguiarferes@aguiarferes.com.br

**Sítio eletrônico:** [www.aguiarferes.com.br](http://www.aguiarferes.com.br)



**ADMINISTRADORES SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA  
CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

4

**Diogo Piloni e Silva** – CPF: 726.683.001-00 – Conselheiro de Administração;

**Fabio Lavor Teixeira** – CPF: 560.120.043-20 – Conselheiro de Administração;

**Charles Laganá Putz** – CPF: 039.085.418-24 – Conselheiro de Administração;

**Marcio Luiz Bernardes Calves** – CPF: 727.726.468-15 – Conselheiro de Administração;

**Sítio eletrônico:** [www.portodesantos.com.br](http://www.portodesantos.com.br)

**Data de divulgação:** 10/05/2020

## POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, determina a elaboração de “carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”. Essas informações estão detalhadas a seguir.

Neste sentido, a Autoridade Portuária de Santos S.A. (“Santos Port Authority” doravante, “SPA”), apresenta de forma transparente o relato das informações oficiais consolidadas relativas ao exercício de 2018, de forma a sanear o cumprimento da apresentação do presente documento, reafirmando, assim, o seu compromisso com as boas práticas de governança.

### 1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Autoridade Portuária de Santos S.A. é uma Empresa Pública, de capital fechado, dividido por ações, vinculada ao Ministério da Infraestrutura (MInfra), regendo-se por seu Estatuto, pelas leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações; nº 12.815, de 5 de junho de 2013; nº 13.303, de 30 de junho de 2016; pelos decretos nº 8.033, de 27 de junho de 2013; nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária, por delegação da União (CF art. 21, inc. XII, alínea f) e imposição legislativa da Lei dos Portos (Lei nº 12.815/2013), no âmbito do Porto Organizado de Santos, sob sua administração e responsabilidade, e demais instalações portuárias no Estado de São Paulo que lhe forem incorporadas, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Poder Concedente.

A Santos Port Authority, um dos principais agentes da maior cadeia logística do país, atua como um promotor e catalisador da comunidade portuária. Sua gestão tem como foco o planejamento, visando melhorar a eficiência e a competitividade do Porto de Santos, através de uma estratégia claramente orientada ao mercado.

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Companhia atua no setor Portuário, especificamente, no Porto Organizado de Santos, administrando-o e exercendo o papel institucional de Autoridade Portuária, nos termos do que dispõe a Lei nº 12.815/13 que preceitua em seu artigo 17, que “*A administração do porto é exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária do porto organizado*”.

Assim, em alinhamento com o interesse público, a Companhia desenvolve atividades que atendem às Políticas Públicas do Setor Portuário e ao seu objeto social conforme artigos 3º e 4º do Estatuto Social da Companhia, exercendo, dentre outras, as seguintes atividades:

- I. cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos e os contratos de concessão;
- II. assegurar o gozo das vantagens decorrentes do melhoramento e aparelhamento do porto ao comércio e à navegação;
- III. pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente;
- IV. arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades;
- V. fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias
- VI. fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
- VII. promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto;
- VIII. autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
- IX. autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
- X. suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;

- XI. reportar infrações e representar perante a Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("Antaq"), visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos;
- XII. adotar as medidas solicitadas pelas demais autoridades no porto;
- XIII. prestar apoio técnico e administrativo ao conselho de autoridade portuária e ao órgão de gestão de mão de obra;
- XIV. estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes do Poder Concedente, e as jornadas de trabalho no cais de uso público;
- XV. organizar a guarda portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente;
- XVI. promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- XVII. promover a realização de obras e serviços necessários à proteção dos portos ou de seus acessos, sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- XVIII. fiscalizar as áreas e instalações portuárias arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da Companhia;
- XIX. elaborar, revisar e submeter à aprovação do Poder Concedente, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos portos sob sua competência ou cuja administração esteja sob sua responsabilidade;
- XX. estabelecer, se necessário, escritórios ou representações;
- XXI. elaborar o edital e realizar os procedimentos licitatórios para contratos de concessão e arrendamentos, sempre que determinado pelo Poder Concedente, nos termos do §5º do art. 6º da Lei nº 12.815/ 2013;
- XXII. estabelecer o regulamento de exploração do porto, observadas as diretrizes do Poder Concedente;
- XXIII. decidir sobre conflitos que envolvam agentes que atuam no porto organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;
- XXIV. explorar, direta ou indiretamente, as áreas não afetas às operações portuárias, desde que as destinações estejam previstas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto a critério do Poder Concedente; e
- XXV. exercer a coordenação das comissões locais de autoridades nos portos.

No desenvolvimento de suas atividades, a Companhia atua de forma integrada com a sociedade e demais autoridades do setor portuário, de modo a garantir que a operação portuária exercida pelos operadores qualificados e pelos terminais arrendados se realize dentro dos padrões de qualidade que o mercado requer.

Desse modo, importante agente do setor portuário nacional, a Companhia tem o papel de manter e aprimorar a estrutura pública, em busca do aperfeiçoamento da atividade portuária, atuando como longa manus da União, promovendo a Administração do Porto de Santos, maior porto brasileiro.

### **3. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Com o objetivo de atingir um modelo de gestão capaz de tornar o Porto de Santos cada vez mais rentável e competitivo, a Companhia vem aperfeiçoando de forma contínua seu planejamento estratégico. Fruto desse trabalho, o Plano Estratégico Institucional (PEI) Ciclo 2018-2020, foi aprovado pelo Conselho de Administração em fevereiro de 2018. Seu objetivo é posicionar e direcionar estrategicamente a Companhia e prepará-la para acompanhar o crescimento do Porto de Santos, fornecendo respostas rápidas e eficientes às demandas que surgirão no futuro.

O PEI foi elaborado em alinhamento com as diretrizes dos instrumentos de planejamento para o setor portuário, bem como em atendimento aos requisitos definidos pela Resolução CGPAR nº 17/2016.

Ao longo do ano, o acompanhamento do PEI foi realizado por meio de Reuniões de Acompanhamento da Estratégia – RAEs com periodicidade trimestral, onde foram monitorados os indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas, comparando os resultados obtidos frente às metas estabelecidas no período.

Em nível macro, os objetivos do exercício estão expressos no mapa estratégico, cuja elaboração partiu do desdobramento das visões corporativas da Autoridade Portuária e do Porto de Santos, decompondo-as em 17 Objetivos Estratégicos.

- **Perspectiva Econômico-financeira**
  - **OE1:** Alcançar equilíbrio econômico-financeiro autossustentável; e
  - **OE2:** Tornar eficiente a utilização dos recursos financeiros.
- **Perspectiva Mercados e Clientes**
  - **OE3:** Obter a confiança e o reconhecimento da sociedade e contribuir para o desenvolvimento regional e nacional;

- o **OE4:** Ser a primeira opção para expansão da atividade portuária;
  - o **OE5:** Ser a primeira opção de navegação de longo curso e cabotagem;
  - o **OE6:** Ser considerada a melhor Autoridade Portuária do Brasil em serviços de apoio e instalações;
  - o **OE7:** Ampliar ações comerciais; e
  - o **OE8:** Melhorar a reputação da Autoridade Portuária.
- **Perspectiva Processos Internos e Tecnologia**
    - o **OE9:** Ter excelência nos processos de negócio e na tomada de decisão;
    - o **OE10:** Ser o porto brasileiro com maiores índices de proteção à saúde e segurança do trabalhador portuário;
    - o **OE11:** Ser referência na área de sustentabilidade ambiental e proteção ao patrimônio histórico e cultural;
    - o **OE12:** Ser a Autoridade Portuária que apresenta maior nível de serviço e eficiência na disponibilização de infraestrutura aquaviária e terrestre;
    - o **OE13:** Prover ações de Tecnologia da Informação e Comunicação que suportem a estratégia;
    - o **OE14:** Manter certificação em segurança pública portuária; e
    - o **OE15:** Exercer boas práticas de Governança Corporativa e Transparéncia.
  - **Perspectiva Patrimônio Humano**
    - o **OE16:** Ter gestão estratégica de RH; e
    - o **OE17:** Atuar com foco em resultados.

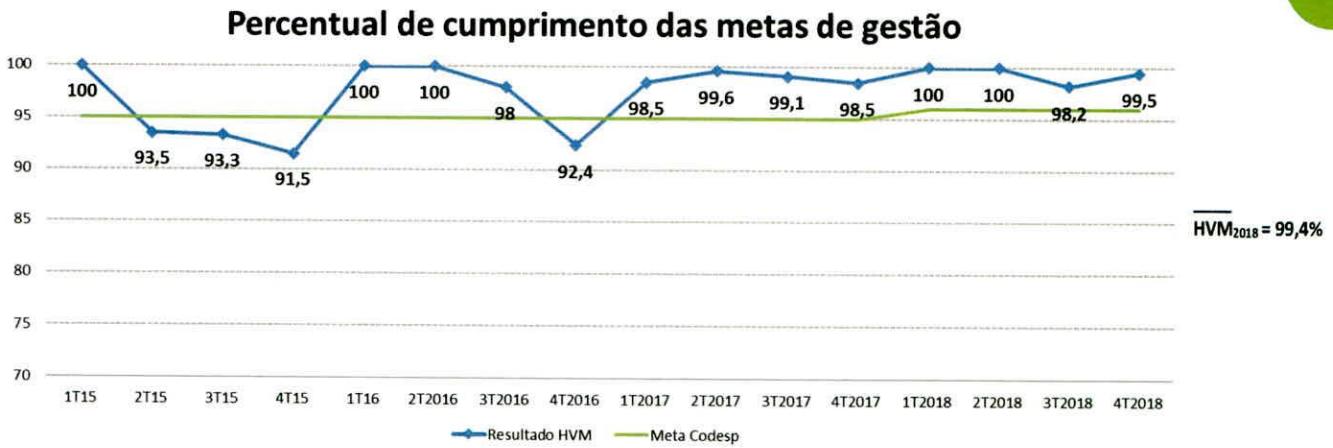
Em nível micro, os objetivos do exercício de 2018 foram atrelados aos planos de metas trimestrais da Diretoria Executiva (Honorário Variável Mensal – HVM), definidos pelo Ministério da Infraestrutura e divididos em 7 categorias:

- **Ações de Planejamento e Desenvolvimento Portuário;**
- **Ações de Gestão Logística e de Operações;**
- **Ações de Gestão Patrimonial;**
- **Ações de Sustentabilidade Econômico-financeira;**

- **Ações de Gestão Administrativa e de Pessoas;**
- **Ações de Sustentabilidade Ambiental e de Integração com a Comunidade; e**
- **Ações de Expansão e Manutenção da Infraestrutura.**

Os resultados do HVM no exercício estão expressos no gráfico abaixo:

10



#### 4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As atividades desenvolvidas pela Companhia são custeadas com recursos próprios, advindos das receitas tarifárias arrecadadas em decorrência da movimentação de carga, receita patrimonial (calculada por metro quadrado de área, MMC – Movimentação Mínima Contratual e Sítio Padrão), oriunda dos arrendamentos de área e, ainda, receitas de aplicações financeiras. Parte da Receita Patrimonial é destinada a Investimentos na Infraestrutura da Companhia.

Para a execução de investimentos de grande porte, na infraestrutura (projetos específicos, obras), a Companhia conta com a participação da União (Acionista Majoritária) mediante Recursos repassados pelo Tesouro Nacional, com autorização em lei específica e contabilizados como Créditos para Futuro Aumento de Capital.

#### 5. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na Companhia o indicador utilizado para mensurar o resultado dos Investimentos é calculado comparando o Realizado em relação ao Limite estabelecido na LOA, bem

como, os Restos a Pagar e Saldo de Exercícios Anteriores que a Companhia solicita a inclusão na LOA.

A tomada de decisão de Investimentos decorre de pesquisa junto a DIREXE das necessidades na Infraestrutura Aquaviária e Terrestre.

Quando do início da gestão do novo Governo, historicamente, recebemos instruções para encaminhar nossos projetos e obras, para a elaboração do PPA para os próximos quatro anos, excluindo o primeiro ano do novo Governo.

11

A Companhia, além dos Investimentos com Recursos do Tesouro Nacional, executa alguns projetos e obras com Recursos Próprios.

No caso de Recursos do Tesouro Nacional, tendo limite orçamentário na LOA e o mesmo já esteja empenhado pelo Governo, a Companhia quando da execução mensal das obras/projetos envia documentação comprobatória ao MInfra, o qual efetua o resarcimento.

Os impactos dos investimentos executados, tanto com Recursos do Tesouro Nacional e Recursos Próprios, repercutem positivamente economicamente/financeiramente, pois melhoram e agilizam a movimentação de carga no Porto de Santos, trazendo mais receitas, bem como, geração de empregos.

Os principais indicadores de performance financeira e de gestão da Companhia:

### 5.1. Indicadores de Performance de Gestão da Companhia

DESCRÍÇÃO	2017	2018	CRESCIMENTO NOMINAL	ÍNDICE DE CRESCIMENTO
<b>RESULTADOS ECONÔMICOS - R\$ mil</b>				
Receita Líquida (Total)	944.779	1.285.682	340.903	36,1%
Receita (Total)	1.056.411	1.415.466	359.055	34,0%
Resultado do Exercício	44.432	(468.725)	(513.157)	(1154,9)%
Patrimônio Líquido (PL)	1.418.842	949.674	(469.168)	(33,1)%
Taxa de Retorno do PL	3,1	(49,4)	(52,5)	(1693,5)%
<b>RESULTADOS FINANCEIROS - R\$ mil</b>				
Caixa e Bancos	108.959	206.440	97.481	89,5%
Passivo Circulante + Não Circulante	1.398.074	1.490.754	92.680	6,6%
<b>INDICADORES DE LIQUIDEZ = R\$ disponíveis para R\$ de dívida</b>				
Liquidez Imediata (LI)	0,31	0,47	0,16	51,6%
Liquidez Corrente (LC)	0,56	0,78	0,22	39,3%
Liquidez Seca (LS)	0,56	0,78	0,22	39,3%
Liquidez Geral (LG)	1,01	0,70	(0,31)	(30,7)%
<b>INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS</b>				
Quadro de Pessoal (nº de empregados)	1.402	1.351	(51)	(3,6)%

Notas: (1) Variação do IPCA no período (jan/17 a dez/18) = 6,40%

FONTE: Santos Port Authority – Demonstrações Contábeis, Situação Econômico Financeira e Programa de Dispêndios Globais

12

MOVIMENTAÇÃO DE CARGA EM TON/MIL				
Total	129.865	133.160	3.295	2,5%
Exportação	93.557	94.339	782	0,8%
Importação	36.308	38.821	2.513	6,9%
MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES - MIL				
Em unidades	2.495	2.595	100	4,0%
Em Teus	3.854	4.122	268	7,0%
Em tonelagem	44.534	45.851	1.317	3,0%
CONSIGNAÇÃO DOS NAVIOS MOVIMENTADOS (TONS/NAVIOS-VIAGENS)				
Nº Navios - Viagens (*)	4.732	4.732	0	0,0%
Tons/Navios - Viagens (*)	27.444	28.140	696	2,5%
Teus/Navios - Viagens (**)	1.827	1.947	120	6,6%
MOVIMENTO DE NAVIOS - unidades	4.854	4.853	(1)	0,0%
MOVIMENTO DE PASSAGEIROS - unidades	518.545	542.500	23.955	4,6%
MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS - unidades				
Total	321.827	278.239	(43.588)	(13,5)%
Exportação	297.959	224.550	(73.409)	(24,6)%
Importação	23.868	53.689	29.821	124,9%

(\*) Do número total de navios, foram excluídos o de passageiros e outros (\*\* ) Somente navios dedicados à movimentação de contêineres FONTE: Santos Port Authority – Mensário Estatístico e Consignação Média

## 5.2. Programa de Dispêndios Globais – PDG 2018 – Porto de Santos + TPPL/SC

DESCRÍÇÃO	LIMITE A	REALIZADO B	VARIAÇÃO% DA EXECUÇÃO C=B/A*100
<b>RECURSOS</b>	<b>1.106.615</b>	<b>1.437.881</b>	<b>129,9</b>
Receita Operacional Bruta	1.009.851	1.413.131	139,9
Tesouro Nacional	96.764	24.750	25,6
Investimento	96.764	24.750	25,6
<b>DISPÊNDIOS</b>	<b>1.170.577</b>	<b>1.859.012</b>	<b>158,8</b>
<b>DISPÊNDIO DE CAPITAL</b>	<b>174.372</b>	<b>19.220</b>	<b>11,0</b>
Amortizações/Dividendos	2.900	-	100,0
Investimentos	171.472	19.220	11,2
Recursos do Tesouro	120.817	14.097	11,7
Recursos Próprios	50.655	5.123	10,1
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>996.205</b>	<b>1.839.792</b>	<b>184,7</b>
Pessoal	350.776	342.917	97,8
Materiais e Produtos	3.733	2.936	78,6
Serviços de Terceiros	255.146	210.848	82,6
Tributos	180.386	(86.177)	(47,8)
Demais Dispêndios	206.164	1.369.268	664,2

FONTE: Santos Port Authority – Gerência de Contabilidade e Orçamento

### 5.3. Investimentos 2018 – Porto de Santos + TPPL/SC (R\$ mil)

DESCRÍÇÃO	LIMITE A	REPASSADO	EXECUTADO B	VARIAÇÃO% DA EXECUÇÃO C=B/A*100
<b>RECURSOS DO TESOURO</b>	<b>120.817</b>	<b>24.750</b>	<b>14.097</b>	<b>11,7</b>
12LQ - Reforço de Cais para Aprof. Berços Arm 12 a 23	22.414	8.714	3.793	16,9
12LR - Adequação de Cais para Terminal de Passageiros	7.266	-	-	-
143Y - Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos	4.250	-	1.500	35,3
14KJ - Implant. Sist. Apoio Gestão Tráfego Navios	15.922	6.935	58	0,4
14KM - Implant. Sistema Portuário Monitoramento de Cargas	4.830	-	-	-
14RC - Implant. Gerenc. de Resíduos e Efluentes	3.771	-	-	-
1C66 - Implantação da Avenida Perimetral - Guarujá	1.243	-	-	-
1C67 - Implantação da Avenida Perimetral - Santos	61.121	9.101	8.746	14,3
<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>50.655</b>	<b>-</b>	<b>5.123</b>	<b>10,1</b>
4102 - Manut. Adeq. Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equip.	5.000	-	170	3,4
4103 - Manut. Adeq. Ativos Informativa, Informação e Teleproc.	10.000	-	3.333	33,3
12NK - Reforço e Ampliação dos Berços da Ilha do Barnabé	28.355	-	7	0,0
143Y - Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos	7.000	-	1.613	23,0
15N8 - Ampliação de Acesso Rodoviário à Ilha Barnabé	100	-	-	-
15N9 - Reurbanização da Bacia do Canal 4	100	-	-	-
7U39 - Implantação da Área de Apoio Logístico	100	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>171.472</b>	<b>24.750</b>	<b>19.220</b>	<b>11,2</b>

FONTE: Santos Port Authority – Gerência de Contabilidade e Orçamento

## 6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

### 6.1. Movimentação de Cargas

A despeito do cenário macroeconômico tenso, o Porto de Santos fechou o ano de 2018 com novo recorde de movimentação de cargas, atingindo 133,2 milhões t, um aumento de 2,5% sobre o resultado do ano de 2017 (129,9 milhões t).

CORRENTE	2016	Δ%	2017	Δ%	2018	Δ%
Embarques	81.424	(7,0)	93.557	14,9	94.339	0,8
Desembarques	32.392	0,1	36.308	12,1	38.821	6,9
TOTAL	113.816	(5,1)	129.865	14,1	133.160	2,5

FONTE: Santos Port Authority – Mensário Estatístico



FONTE: Santos Port Authority – Mensário Estatístico

A carga geral conteinerizada totalizou 4,1 milhões TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), estabelecendo novo recorde para essa modalidade e um crescimento de 7,0% sobre o maior movimento anterior (3,9 milhões TEU), verificado em 2017. Em agosto de 2018 o Porto registrou sua maior marca mensal para essa carga, com 387,7 mil TEU. O movimento acumulado coloca o Porto de Santos na liderança nacional da movimentação dessa modalidade de carga, com participação de 38,8% no total operado nos portos brasileiros.

Outro importante destaque ficou com os embarques de celulose, que contaram com o novo terminal da Fibria (T32) no Porto de Santos para escoar a produção de sua nova planta em Três Lagoas (MS). As exportações do produto atingiram 4,7

milhões t, correspondendo a uma expansão de 51,4% frente ao resultado de 2017.

A movimentação de veículos, por sua vez, apresentou diminuição de 13,5%, resultado da redução de 24,6% nas exportações, que sofrem com a retração da economia argentina. Já as importações apresentaram sensível melhora, com expansão de 124,9%. Sua participação, no entanto, ainda foi inferior a 20% do total de veículos movimentados.

CARGA GERAL	REALIZADO 2017	Δ%	REALIZADO 2018	Δ%
Solta	4.035.219	17,6	6.126.982	51,8
Conteinerizada	44.534.271	10,2	45.850.602	3,0
TOTAL	48.569.490	10,7	51.977.584	7,0
CONTÊINERES	REALIZADO 2017	Δ%	REALIZADO 2018	Δ%
TEUs	3.853.719	8,1	4.122.243	7,0
Quant. de CC	2.495.397	5,8	2.594.811	4,0
QUANTIDADE DE VEÍCULOS	REALIZADO 2017	Δ%	REALIZADO 2018	Δ%
Desembarque	23.868	16,7	53.689	124,9
Embarque	297.959	72,8	224.550	(24,6)
TOTAL	321.827	66,9	278.239	(13,5)

FONTE: Santos Port Authority – Mensário Estatístico

Os granéis sólidos responderam por mais de 48% da movimentação de cargas no Porto de Santos em 2018. A soja destaca-se, nessa modalidade, como a carga de maior volume movimentado no Porto, estabelecendo novo recorde anual para o produto, com 20,6 milhões t, um crescimento de 24,6% sobre a maior marca anterior, registrada em 2017. O farelo de soja também apresentou um desempenho destacado e encerrou o ano com 6,0 milhões t, um aumento de 17,0% em relação ao exercício anterior.

O açúcar e o milho, cargas relevantes na movimentação do Porto, registraram desempenho inferior aos recordes estabelecidos em 2017. O açúcar fechou o ano com um volume de 15,0 milhões t, cerca de 27,0% abaixo do ano anterior (20,6 milhões t).

O milho também teve seu desempenho comprometido por fatores climáticos, que resultaram em uma safra bem inferior à estimada inicialmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), levando essa carga a registrar um movimento no Porto de Santos de 12,6 milhões t, cerca de 11,3% abaixo do verificado em 2017 (14,2 milhões t).

PRODUTO	REALIZADO 2017	Δ%	REALIZADO 2018	Δ%
Açúcar	18.724.363	1,6	14.148.502	(24,4)
Adubo	4.138.878	16,6	4.581.015	10,7
Fosfato de cálcio	617.823	(15,2)	783.557	26,8
Enxofre	1.812.575	4,6	2.129.403	17,5
Milho	14.233.899	80,5	12.608.124	(11,4)
Sulfato dissódico	589.958	6,5	618.584	4,9
Sal	990.914	3,2	965.716	(2,5)
Soja	21.467.930	13,7	26.494.293	23,4
Soja em grãos	16.473.060	13,6	20.583.035	24,9
Farelo de soja	4.994.870	14,1	5.911.258	18,3
Trigo	1.087.814	2,4	1.313.945	20,8
Outros	338.495	(77,8)	519.381	53,4
<b>TOTAL</b>	<b>64.002.649</b>	<b>15,7</b>	<b>64.162.520</b>	<b>0,2</b>

FONTE: Santos Port Authority – Mensário Estatístico

Dentre as naturezas de carga, a movimentação de graneis líquidos foi a única a apresentar queda, de 1,6%. As cargas que mais contribuíram para esse desempenho negativo foram o óleo diesel e gasóleo (-912,5 mil t), nafta (-256,2 mil t) e álcool (-225 mil t). Por outro lado, vale destacar a expansão de 14,0% na movimentação de sucos cítricos, totalizando 2,2 milhões t.

Quanto à consignação média dos navios que frequentaram Santos, apresentou um crescimento de 2,5%, saltando de 27.444 t/navio, em 2017, para 28.140 t/navio, neste ano, consequência direta do desempenho dos embarques de soja. Outro fator favorável foi a continuidade do aumento no porte dos navios porta-contêiner.

Com relação ao fluxo de embarcações, chegou a 4,6 mil, representando uma redução de 0,4% em comparação a 2017 (4,8 mil), entretanto, o volume de cargas transportadas no período cresceu 1,5%.

O quantitativo de atracções de navios de passageiros se manteve estável em relação a 2017, com 92 atracções. No entanto, o número de passageiros voltou a crescer, saltando de 518.545 para 542.500 (4,62%).

## 6.2. Desempenho Financeiro

Mesmo diante das turbulências na conjuntura nacional e internacional que marcaram o exercício de 2018, a movimentação de cargas no Porto de Santos atingiu o recorde de 133,2 milhões t e, com isso, o resultado operacional poderia

ter apresentado um incremento de 12,9 % em relação ao exercício de 2017, passando de R\$ 44,3 milhões para R\$ 50,0 milhões.

Entretanto, em decorrência do Grupo Libra solicitar junto à Justiça a recuperação judicial foi contabilizado como perda o valor de R\$ 793,5 milhões (gerando uma compensação da ordem de R\$ 268,0 milhões com IRPJ e CSLL), o que resultou em um prejuízo contábil da ordem R\$ 468,7 milhões. Cabe também ressaltar que, por força de uma liminar, a Companhia deixou de faturar parte dos serviços referentes à cobrança de tarifas sobre as movimentações do terminal privativo DP World Santos (anteriormente Embraport), gerando uma frustração de arrecadação da ordem de R\$ 26,4 milhões no exercício.

RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Ano	R\$ mil
2014	21.662
2015	(94.922)
2016	(22.465)
2017	44.432
2018	(468.725)
$\Delta\%$ 2018/2014	(2263,8)%
$\Delta\%$ 2018/2017	(1154,9)%

FONTE: Santos Port Authority – Situação Econômico Financeira

No quadro a seguir são apresentadas as fórmulas de apuração de índices de liquidez e seus significados.

ÍNDICES	2014	2015	2016	2017	2018
Liquidez Imediata	0,36	0,31	0,31	0,31	0,47
Liquidez Corrente	0,52	0,49	0,54	0,56	0,78
Liquidez Seca	0,51	0,48	0,54	0,56	0,78
Liquidez Geral	1,43	1,13	1,02	1,01	0,70

FONTE: Santos Port Authority – Demonstrações Contábeis (Base de Cálculo)

### 6.3. Infraestrutura

Considerando a competência da Diretoria de Engenharia de planejar, supervisionar e acompanhar os investimentos, as obras e os serviços de manutenção dos acessos terrestres e aquaviários no Porto de Santos, destacamos a seguir os empreendimentos e projetos em execução no ano de 2018.

### **6.3.1. Malha Ferroviária**

Diversas intervenções na malha ferroviária interna do Porto de Santos foram realizadas ao longo deste ano, a fim de ampliar a capacidade de recebimento de cargas, tais como a revitalização da via permanente, que entre outras ações, promoveu a substituição dos perfis de trilhos antigos por um novo modelo com maior capacidade de suporte.

### **6.3.2. Remodelação da sinalização rodoferroviária nas Passagens em Nível da região do Valongo, na Rua Senador Cristiano Otoni e Largo São Bento/ Armazém 1 e 1A, com sincronia entre o semáforo e os dispositivos de detecção de aproximação de trens**

Foi dada continuidade à implantação da infraestrutura de sinalização (cabeamento, alimentação de energia e instalação de placas de controle) e superestrutura (postes e semáforos), além do comissionamento do equipamento e treinamento dos técnicos que farão a gestão do equipamento. A obra foi concluída em 2018.

### **6.3.3. Extensão da Haste de Manobra de vagões vazios em Outeirinhos/ 1ª Fase do Projeto da 3ª linha do Paquetá**

As obras, iniciadas em agosto de 2018, são necessárias para aumentar a capacidade de atendimento aos terminais situados no contorno de Outeirinhos, reduzir o volume de manobras e com isso atenuar a ocupação das diversas passagens em nível existentes na região.

### **6.3.4. Implantação do Sistema Controle de Trens Centralizado (CTC)**

Ao longo de 2018 deu-se continuidade às obras do sistema CTC, que consiste na automação de 25 aparelhos de mudança de via, no trecho entre o pátio do Valongo e o Viaduto da Santa, sinalização de todas as linhas neste perímetro, implantação de semáforos inteligentes, comandados por 7 unidades de controle (houses), o que permitirá aumentar a velocidade das operações ferroviárias e garantir a segurança operacional.

### **6.3.5. Readequação da Avenida Perimetral em Santos – trecho Canal 4/Ponta da Praia**

Neste ano, foi dada continuidade ao empreendimento, compreendendo a adequação da Avenida Mário Covas Jr. e da Avenida Ismael Coelho de Souza. Um dos principais objetivos da obra é implementar um conjunto de dois viadutos para evitar o conflito rodoferroviário e promover mais agilidade no tráfego aos terminais localizados na região, solucionando um significativo gargalo entre o tráfego de contêineres e de granéis vegetais.

### **6.3.6. Dragagem**

A partir de 13 de julho, o Porto de Santos aprofundou o calado operacional em 30 centímetros, passando a operar com 13,50 metros no O DHN. Esta conquista deveu-se a uma mudança de metodologia no cálculo da margem de segurança, após estudos da Argonautica Engenharia e Pesquisas para a Praticagem de Santos, através do emprego do software Redraft, que interpola dados batimétricos com os dados obtidos por sensores em tempo real. Assim, após esses estudos, o chamado “pé de piloto”, que é a folga entre o casco do navio e o leito do estuário foi reduzido de 1,50 metro para 1,20 metro. Com isso, navios com calado maior que ficavam até 12 horas esperando a preamar puderam operar com maior agilidade no porto, aumentando a produtividade e, consequentemente, a velocidade das operações.

Assim, a Companhia realizou a manutenção das profundidades do canal de navegação e berços de atracação, sendo que, a partir de abril deste ano, passou a ser executado pela Secretaria Nacional de Portos (SNP).

A obra justifica-se pela necessidade de manter o calado operacional atingido com a dragagem de aprofundamento do canal de navegação através de Plano Nacional de Dragagem – PND I, e pela otimização das condições de manobrabilidade no PND II, possibilitando a entrada de navios de maiores dimensões.

#### **6.3.7. Energia Elétrica**

Em 2018, foi concluída a implantação do sistema de medição de energia elétrica fornecida pela Companhia para terceiros, compatível aos padrões habitualmente adotados pelas concessionárias, em conformidade com o aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

### **6.4. Operações Logísticas**

#### **6.4.1. Portolog**

O sistema Cadeia Logística Portuária Inteligente (Portolog) para o agendamento de caminhões que chegam ao Porto de Santos com diversos tipos de carga foi planejado para implantação em etapas. Após a integração dos terminais para movimentação de granel sólido vegetal e granel líquido vegetal, está em fase de testes a movimentação de granel líquido de origem mineral, devendo entrar em operação no primeiro semestre de 2019. Ao mesmo tempo, foram feitas tratativas para a implantação dos regramentos para acesso aos terminais de contêineres (fase 3) e carga geral e veículos (fase 4), com previsão para implantação em 2019.

#### **6.4.2. Sistemas e Soluções**

O eSocial, projeto do governo que normatiza a forma de envio de informações da empresa quanto às suas obrigações fiscais, trabalhistas e tributárias, teve suas fases de implantação no sistema SAP (três), previstas para 2018, cumpridas conforme cronograma determinado pelo Comitê Gestor do eSocial.

O REINF, escrituração fiscal digital de retenções e outras informações fiscais, foi testado no primeiro trimestre e implantado em maio/2018, atendendo determinação da Receita Federal.

O Sistema Docas Digital (SDD), plataforma eletrônica que promoveu uma mudança de paradigma nos procedimentos internos da empresa, foi implantado. Pelo sistema, tanto os novos processos, sejam internos ou externos, como aqueles em tramitação estão sendo migrados para o formato digital. Todos os processos ficam salvos em um banco de dados eletrônico que podem ser acessados pelos colaboradores da empresa. Com isso, o compartilhamento do trabalho e do conhecimento acontece em tempo real, proporcionando maior eficiência administrativa.

## 6.5. Sustentabilidade Ambiental e Segurança

### 6.5.1. Regularização Ambiental

Em 2018, por meio de seu próprio corpo técnico ou empresas especializadas contratadas, foram executados os subprogramas de Monitoramento de Quelônios; de Gestão Ambiental e Controle da Dragagem; de Educação Ambiental para Trabalhadores; programas de Educação Ambiental; de Comunicação Social; de Monitoramento de Avifauna; de Monitoramento e Controle da Fauna Sinantrópica Nociva (Vetores e Reservatórios) e de Monitoramento de Resíduos Sólidos.

### 6.5.2. Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

A gestão do SGA contemplou, em 2018, a divulgação da Política Ambiental e da Planilha de Aspectos e Impactos para os colaboradores da Companhia, além de ações específicas direcionadas, principalmente, para atendimento às não conformidades identificadas na Auditoria Ambiental realizada em 2016.

### 6.5.3. Plano de Emergência Individual (PEI)

Ao longo do ano, os instrumentos de atendimento às emergências no Porto de Santos, como o PEI, o Plano de Ajuda Mútua, a Brigada de Incêndio da Guarda Portuária e o Plano de Área continuaram plenamente ativos para atender às diversas ocorrências, tais como derramamento de óleo e produtos perigosos, sinistros, incêndios, entre outras.

#### **6.5.4. Controle e Monitoramento da Fauna Sinantrópica Nociva**

Em 2018 foi realizado o controle e monitoramento de vetores e pragas urbanas em todos os imóveis e terrenos da Companhia, por meio de dedetizações trimestrais e desratizações mensais. Além disso, a empresa contratada deu continuidade no combate ao mosquito Aedes aegypti e realizou o controle de outras espécies importantes, como abelhas, vespas, caramujos e aracnídeos.

Para monitorar e controlar a população de animais domésticos na área portuária foram realizadas campanhas de adoção e castração e procedimento veterinários, como ações de controle de pulgas e carapatos e vermifugações.

#### **6.5.5. Ações de Fiscalização**

Seguindo o Plano Anual de Fiscalização (PAF), a Gerência de Segurança do Trabalho e a Gerência de Meio Ambiente realizaram 524 fiscalizações nas áreas arrendadas e públicas do Porto de Santos. Todas as inspeções geraram relatórios que tramitaram internamente na Companhia, buscando solucionar os problemas constatados de forma célere e integrada.

#### **6.5.6. Resíduos Sólidos**

Todos os entes que atuam no Porto de Santos enviaram inventários mensais de geração de resíduos, sendo os dados analisados e compilados pela equipe de Meio Ambiente da Companhia. Os resultados obtidos são expostos no Relatório Anual de Resíduos Sólidos do Porto de Santos.

Além da padronização dos inventários de resíduos, foi adotado um Roteiro para Elaboração dos Programas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) que contém a sua estrutura mínima e a descrição de cada um dos itens, visando facilitar a elaboração dos planos e a análise integrada dos dados pela equipe técnica.

### **6.6. Relação Porto-Cidade**

#### **6.6.1. Patrocínios**

Com os patrocínios de eventos a Companhia buscou ampliar a percepção positiva da marca Porto de Santos, bem como o incentivo às ações socioculturais voltadas para a relação Porto-Cidade, ainda dentro de seu objetivo estratégico de obter a confiança e o reconhecimento da sociedade e contribuir para o desenvolvimento regional.

Guerreiros sem Armas, do Instituto Elos Brasil, foi um deles, que incluiu ações no Monte Serrat, em Santos, e duas comunidades em Cubatão — Pilões e Vila dos Pescadores.

No aspecto ambiental, o Programa Mantas do Brasil, do Instituto Laje Viva, também recebeu o patrocínio da Companhia, objetivando preservar a maior espécie de arraia do mundo (*Manta Birostris*) e o Parque Estadual Marinho da Laje de Santos.

Também foram patrocinados a etapa santista da 7ª Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental, festival de cinema de abrangência nacional voltado especificamente às questões ambientais; e o I Seminário Internacional Oceanos Livres de Plásticos, que envolveu palestras, mostras audiovisuais e ações de guerrilha sobre o tema.

Reforçando sua presença no esporte local, a Companhia patrocinou a prova ciclística Descida das Escadas de Santos, em fevereiro.

Já na área da cultura foram patrocinados sete projetos. Dentre eles, o Santos Jazz Festival, que aconteceu em vários espaços na cidade, com shows de música de intérpretes brasileiros e internacionais. Outros projetos culturais foram o Arte no Dique, que promove shows de artistas brasileiros consagrados voltados para o público de baixa renda do Dique da Vila Gilda; o projeto Guri, iniciativa do Governo de Estado de São Paulo que fornece aulas de educação musical para jovens no contraturno escolar e o Fescete, celebrado festival santista de teatro, que ocupa diversas salas e aparelhos culturais da cidade.

A programação anual da Pinacoteca Benedicto Calixto, um dos principais aparatos culturais da cidade de Santos também foi contemplada, juntamente com o Cine na Praça, que realizou sete exibições de cinema abertas ao público geral; e a Banda e Coral do Lar das Moças Cegas, composta por deficientes visuais atendidos pela instituição e, graças ao patrocínio, foi capaz de renovar os instrumentos da banda e expandir sua atuação.

#### 6.6.2. Visitas

A Companhia recebeu, em 2018, visitas de instituições ligadas ao Porto e ao comércio exterior brasileiro, integradas por autoridades do setor, empresários ou acadêmicos, nacionais ou internacionais. Foram recepcionadas 97 delegações e realizadas apresentações sobre o complexo portuário para cerca de 1809 pessoas. Outras 48 visitas foram de instituições acadêmicas e 49 de empresários e autoridades.

### 6.7. Fatores de Riscos

O objetivo deste capítulo é demonstrar quais são os mecanismos de controle estabelecidos para alcançar os objetivos institucionais.

<b>Tipo do Risco</b>	<b>Risco</b>	<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Riscos Significativos Quantificados</b>	<b>Medidas de Mitigação</b>	23
<b>Pessoal</b>	Ações judiciais de grande vulto. Inadimplência das arrendatárias e terminais privados.	OE1: Alcançar equilíbrio econômico financeiro autossustentável	Ações Trabalhistas pagas até dezembro/2018 R\$ 67.677.096,25	Avaliação pela Superintendência Jurídica das lotações e atribuições dos funcionários	
<b>Financeiro</b>	Inadimplência das arrendatárias e terminais privados	OE1: Alcançar equilíbrio econômico financeiro autossustentável	Perda estimada de contas a receber de curto e longo prazo: R\$.1.185.239.181,39	Mover ação de cobrança aos clientes inadimplentes após cobranças administrativas sem sucesso	
	Aumento da movimentação em terminais fora do porto organizado de Santos	OE1: Alcançar equilíbrio econômico financeiro autossustentável	Movimento TUP - 50,12% do Movimento Geral Movimento TP - 19,38% do Movimento Geral		
<b>Operacional</b>	Indisponibilidade ou atraso na prestação dos serviços de dragagem	OE5: Ser a primeira opção de navegação de longo curso e cabotagem	Média do calado operacional até agosto/2018 13,5 Zero DHN	Assegurar que a execução dos serviços de dragagem de manutenção seja realizada sem interrupções	
<b>Estratégico</b>	Impossibilidade de execução do programa de investimentos no prazo	OE12: Ser a Autoridade Portuária que apresenta maior nível de serviço e eficiência na disponibilização da infraestrutura aquaviária e	Total de execução do orçamento de investimentos pelo limite anual do PDG em 2018: 11,21%		



		terrestre		
--	--	-----------	--	--

FONTE: Santos Port Authority – Gerência de Riscos e Controles Internos

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, incisos III e VIII, exige a elaboração de “*carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração*”.

### 1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

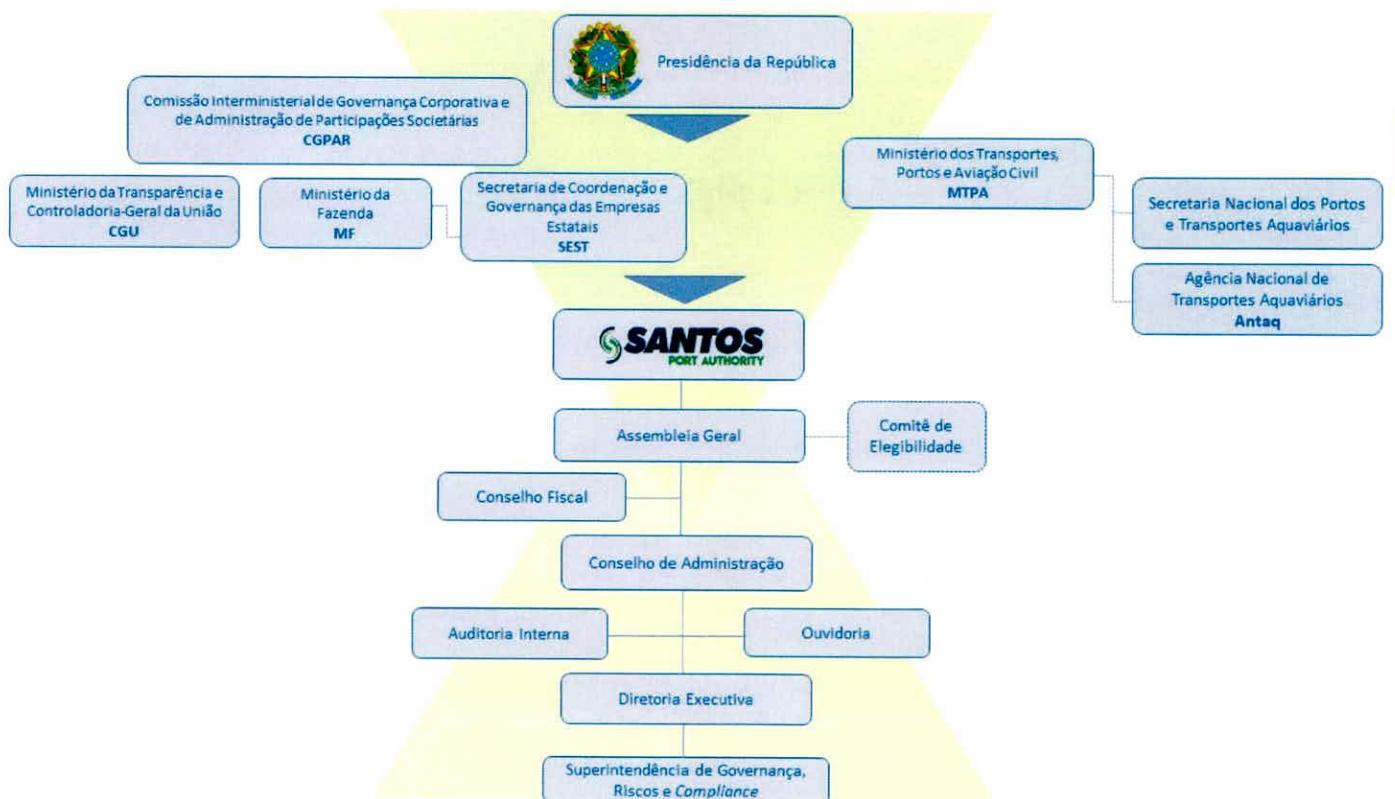
Com relação à Operação Tritão, deflagrada pela Polícia Federal, a Diretoria que permaneceu à frente da empresa nos meses de novembro e dezembro, consciente de sua responsabilidade no curto período em que atuou, envidou esforços na implementação das boas práticas administrativas e na adequação de importantes contratações a serem realizadas pela empresa, seja mediante saneamento de processos, com as devidas apurações de responsabilidade, ou de atos administrativos que promovam os princípios da administração pública, sobretudo a eficiência.

As ações de governança implementadas pela Companhia em 2018 foram reconhecidas com as conquistas da certificação de Nível 1 pela participação no 2º Ciclo do IG-SEST, que teve como viés verificar a conformidade das empresas com a governança, e certificação de Nível 2 no 3º Ciclo, que teve como foco medir a efetividade do funcionamento das estruturas de governança implantadas nas empresas estatais federais de controle direto da União.

A primeira apresentação do índice feita pelo Governo Federal aconteceu em 2017 e, na ocasião, a Companhia tinha sido classificada no Nível 3, revelando melhoria na sua gestão em 2018. As empresas foram avaliadas em relação à gestão, controle e auditoria; transparência das informações; conselhos comitês e diretorias.

O trabalho da área de Governança foi reforçado com a criação da Gerência de *Compliance*, visando fortalecer o papel institucional da unidade de Governança Corporativa e *Compliance* da empresa, especializando e otimizando os trabalhos de conformidade e integridade, fortalecendo o compromisso da Administração com os objetivos dispostos na Carta Anual de Governança Corporativa.

### 1.1. Estrutura de Governança (em 2018)



### 1.2. Composição Acionária

O capital social da Companhia é de R\$ 1.414.100.154,80 (um bilhão, quatrocentos e quatorze milhões, cem mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos), representado por 273.680.195.707 ações, sem valor nominal, sendo 136.827.367.225 ordinárias e 136.852.828.482 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única.

A Companhia é uma Empresa Pública cujos sócios são a União e o Município de Santos, sendo a participação percentual destes acionistas em todas as espécies de ações de 99,99% da União e  $16 \times 10^{-8}$  % do Município de Santos.

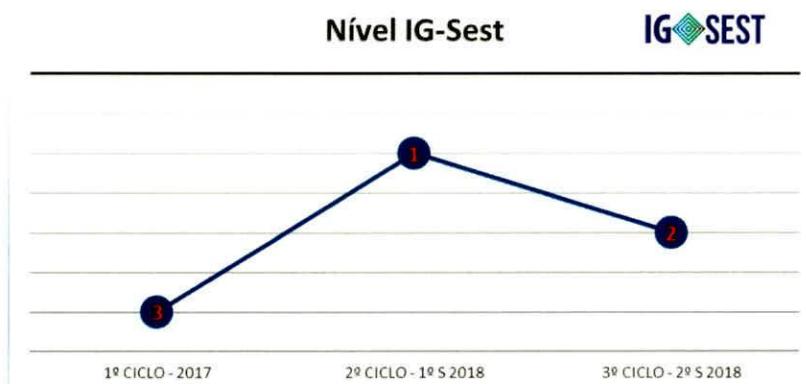
### 1.3. Indicador de Governança – IG-SEST

O Indicador de Governança - IG-SEST foi desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) com objetivo de avaliar

o cumprimento dos requisitos exigidos da Lei nº 13.303/16. Tais requisitos buscam implementar as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência em governança corporativa nas Empresas Estatais Federais.

Ao longo de 2018, a Companhia, comprometida na consecução de objetivos vinculados à Governança Corporativa, envidou esforços em ações de melhoria, o que permitiu alcançar a certificação de Nível 1 (melhor nível) do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal, pela participação no 2º ciclo do IG-SEST, que priorizou a avaliação da conformidade das empresas com a governança.

No 3º Ciclo do IG-SEST, que teve como foco medir a efetividade do funcionamento das estruturas de governança implantadas, a Companhia obteve a certificação de Nível 2. Dentre os itens não atendidos pela Companhia, destacamos com um maior peso, o fato de não ter sido possível concluir à época o processo seletivo para os membros do Comitê de Auditoria Estatutário.



#### 1.4. Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos

O modelo de governança da Companhia é constituído pela Assembleia Geral dos Acionistas, pelos Conselhos de Administração (Consad) e Fiscal (Confis), pela Diretoria Executiva (DIREXE), a Auditoria Interna, a área de Conformidade e Gestão de Riscos, a Ouvidoria e pelos Comitês estatutários de Auditoria e de Elegibilidade, existindo clara definição dos papéis e responsabilidades dos órgãos de gestão.

A área de Conformidade e Gestão de Riscos, cujas competências estão estabelecidas no Estatuto Social, se vincula diretamente ao Diretor-Presidente, podendo se reportar diretamente ao Conselho de Administração, em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.

A criação da Gerência de Compliance, aprimorou o trabalho da área de Conformidade e Gestão de Riscos, em busca do fortalecimento do papel institucional da unidade de Governança Corporativa e Compliance da empresa.

O modelo de governança de riscos vem seguindo o estabelecido no Regimento Interno da Companhia e na Resolução CGPAR nº 18, os quais demandam as diretrizes específicas para identificação dos riscos.

Em 26/08/2016, pela Decisão DIREXE nº 423.2016 foi aprovado o Instrumento Normativo – Gerir Riscos e Controles Internos, que disciplina o fluxo de ações a serem desempenhadas pela área de Riscos e Controles Internos e, em 25/09/2018, através da Deliberação Consad nº 75.2018, foi aprovada a Política de Gerenciamento de Riscos, que se encontra publicada no sítio eletrônico <http://www.portodesantos.com.br/acesso-a-informacao/institucional/>.

As atividades de controle da Companhia, estão implementadas na forma de Instrumentos Normativos e Processos aprovados pela Diretoria Executiva e monitorados a partir de indicadores de performance utilizando-se pontos de controle estabelecidos em parceria com a Unidade Administrativa gestora do processo.

Também são elaborados relatórios periódicos submetidos à Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, os quais decidem e deliberam, após análise crítica a criação de planos de ação com o objetivo de mitigar, reduzir ou eliminar os riscos apontados.

A Companhia dispõe de uma Supervisão de Ouvidoria, subordinada diretamente ao Conselho de Administração, responsável por receber manifestações através de telefone, e-mail, carta, atendimento pessoal, sistema de ouvidoria interna na intranet, além de se utilizar dos sistemas fornecidos pelo Governo Federal (Sistema de Ouvidorias de Poder Executivo Federal – e-OUV e Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC). Através desses canais é possível

que o cidadão realize sua participação social na administração da Companhia fazendo sugestões, solicitações, reclamações, elogios, denúncias, pedidos no formulário “simplifique” e de acesso à informação.

Os pedidos efetuados são tratados com absoluta transparência, impessoalidade, registrados e analisados de forma criteriosa, contribuindo para uma gestão responsável e eficiente. As denúncias e comunicações de irregularidade (denúncia anônima) são encaminhadas às áreas competentes para análise e manifestação e, por determinação do Conselho de Administração, imediatamente encaminhadas à Superintendência de Auditoria e ao próprio Conselho. Em casos de envolvimento de servidor de cargos comissionados do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS a partir do nível 4 ou equivalente, o assunto é encaminhado para a Ouvidoria Geral da União, conforme Instrução Normativa OGU nº 5/2018, em seu Art. 15, § 3º.

## 2. REMUNERAÇÃO

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, em seu art. 36, a remuneração e demais benefícios dos membros estatutários são fixados anualmente pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Os valores são definidos dentro das bases legais, equilíbrio interno, desempenho da empresa e dos diretores, individualmente. A remuneração total engloba remuneração fixa, remuneração variável e benefícios, aprovados previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia.

A Companhia possui o Programa de Remuneração Variável (RVA), regido pela Lei n.º 6.404/76 (Sociedades por Ações). Adota também o Honorário Variável Mensal – HVM, parcela do honorário mensal pago por trimestre. Tanto a RVA como o HVM são ponderados pelo cumprimento das metas pela Diretoria Executiva, sendo as metas do HVM estabelecidas pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e o Programa RVA aprovado pelo Ministério da Infraestrutura e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia.

## 3. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em 2018, a Companhia reforçou as suas ações de governança e conformidade com a aprovação e publicação das Políticas para transações com partes relacionadas da Companhia e de Divulgação de Informações Relevantes, do Programa de Integridade e do Código de Conduta e Integridade.

Em 26/03/2018 o Conselho de Administração aprovou o Código de Conduta e Integridade, instrumento de orientação, que tem o intuito de formalizar o compromisso dos agentes portuários com a promoção de elevados padrões éticos e de integridade e a Política para transações com partes relacionadas da Companhia que tem como objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela empresa quando da ocorrência de transações entre Partes Relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações.

Também foi publicada em 2018 a Política de Divulgação de Informações Relevantes, documento que estabelece diretrizes a serem observadas em conformidade com a legislação aplicável no âmbito da empresa pública, atendendo aos princípios éticos e morais que norteiam as atividades da Companhia, além de especificar o conteúdo que deve estar à disposição do público, com acesso facilitado, por meio dos canais de comunicação oficiais da Companhia.

Em 29/11 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Integridade, documento que estabelece um conjunto de medidas e ações institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção.

#### 4. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da SPA em exercício declara que subscreve nesta data a Carta Anual de Governança Corporativa e Políticas Públicas, referente ao exercício de 2018, de modo a sanear os incisos I, III e VIII do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30/06/16, tendo em vista a ausência da subscrição de Carta Anual de Governança referente ao ano de 2018 após o encerramento do exercício.

31

Sendo assim, as informações contidas no presente documento contemplam ações e decisões tomadas pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, cujos membros atuaram durante o período de 2018 e encerraram seus mandatos no início de 2019.

Para elaboração deste documento, de forma extemporânea, os dados e as informações utilizados foram obtidos a partir de documentos públicos consolidados, tais como Relatório Anual de Administração, Relatório de Gestão 2018, Mensário Estatístico, além de informações coletadas junto às unidades internas da Santos Port Authority.

Em 24 de abril de 2020.

DIOGO PILONI  
E  
SILVA:7266830  
0100

**Diogo Piloni e Silva**

Presidente do Conselho de  
Administração

Assinado de forma  
digital por DIOGO  
PILONI E  
SILVA:72668300100  
Dados: 2020.04.24  
16:18:38 -03'00'



**Fábio Lavor Teixeira**

Conselheiro de Administração



**Charles Laganá Putz**  
Conselheiro de Administração



**Marcio Luiz Bernardes Calves**  
Conselheiro de Administração